



LICITAÇÃO

Sistema de Registro de Preços: Uma forma inteligente de contratar



PAULO REIS

**#EU
ME
IMPORTO**

**De acordo
com a Lei
14.133/2021
e do Decreto
11.462/2023**

**Como aproveitar
adequadamente as
novas regras do SRP
para aquisição de bens e
contratação de serviços!**

APRESENTAÇÃO

O Sistema de Registro de Preços é uma das formas mais inteligentes já criadas no ordenamento jurídico brasileiro para realização de contratações por parte da administração pública. Utilizado adequadamente, o SRP pode representar um passo fundamental para o bom planejamento das contratações e para a obtenção de resultados céleres, eficientes, eficazes e efetivos.

Com a Lei nº 14.133, de 2021, o SRP ganhou novos contornos, podendo ser aplicado para a contratação de objetos variados, desde os bens até as obras e serviços de engenharia, com prazos de utilização mais alongados e com a resolução de problemas sempre mencionados, como o da atualização do preço contratado. O Decreto federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, regulamentou o SRP de acordo com as disposições da nova lei geral. Muitas novidades foram implementadas no ordenamento jurídico, a fim de melhorar a eficácia do Sistema.

Para que a administração obtenha os melhores resultados na utilização do SRP, no entanto, é indispensável contar com servidores preparados, que conheçam efetivamente o tema, suas especificidades e suas características fundamentais, que possam fazer do uso do Sistema uma arma poderosa, eficiente e legal para o bom planejamento de suas contratações, obtendo resultados positivos e que estejam de acordo com a legislação e os entendimentos dos órgãos de controle.



Este Curso apresentará para os participantes as boas práticas do SRP para aquisição de bens e contratação de serviços, com as regras fundamentais para a sua boa utilização e para a obtenção dos melhores resultados.

OBJETIVO

Preparar os servidores públicos para a correta, adequada e eficiente utilização do novo Sistema de Registro de Preços, com o detalhamento das novas regras, tudo sob a visão da Lei nº 14.133/2021, do Decreto federal nº 11.462, de 2023 e dos entendimentos já consolidados do Tribunal de Contas da União.

PÚBLICO ALVO

Servidores públicos que trabalham em processos de contratação de bens, serviços e obras, agentes de contratação, pregoeiros, ordenadores de despesas, assessores jurídicos, membros dos órgãos de controle interno e ordenadores de despesas.



CARGA HORÁRIA

16 horas

(durante 02 dias corridos)

ESPECIALISTA



PAULO REIS

Advogado e engenheiro civil, com 48 anos de atividade na administração pública, onde exerceu os cargos de Presidente de Comissão de Licitação, Pregoeiro, Fiscal de Contratos, diretor de Departamento de Engenharia, Coordenador de Controle Interno, Assessor Jurídico, Assessor Especial da Presidência de Tribunal de Justiça e Diretor Geral de Tribunal Eleitoral, entre outros.

Autor dos livros Obras Públicas - Manual de Planejamento, Licitação e Fiscalização, Sistema de Registro de Preços- Uma forma inteligente de contratar, e Contratos da Administração Pública, todos da Editora Fórum.





CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O SRP no ordenamento jurídico brasileiro: introdução e evolução do Sistema
- O SRP como procedimento auxiliar das contratações na Lei nº 14.133, de 2021
- O Decreto federal nº 11.462, de 2023: quem está obrigado a utilizá-lo e quem pode usar como referencial
- O que é o Sistema de Registro de Preços, qual sua finalidade e utilização básica
- Quem são os principais partícipes do processo para implementação do SRP
- Em quais situações o SRP poderá ser utilizado: as regras do Decreto e outras situações possíveis
- As situações em que é vedada ou não recomendada a utilização do Sistema
- O que é o SRP Digital e a quem está destinado
- As competências fundamentais do gerenciador e dos participantes
- O que é a Intenção de Registro de Preços: quando deve ser realizada; quais os procedimentos básicos; quais os prazos mínimos a serem atendidos
- A fase preparatória da licitação para SRP
- Competência para instrução do processo
- O Estudo Técnico Preliminar, suas características, quem o realiza e quais os resultados a serem obtidos
- A composição do Termo de Referência
- Definição do objeto e suas regras: possibilidade de definição da marca; solicitação de amostras e prova de conceito; vedação a marcas inaceitáveis; exigência de visita técnica
- Os quantitativos a serem registrados e o plano anual de contratação: a participação do gerenciador e do participante; possibilidade de registro de preços sem definição dos quantitativos
- Os preços de referência: possibilidade de registro de preços diferenciados em determinadas situações
- A indicação da disponibilidade orçamentária
- O prazo de vigência do SRP
- As condições para atualização dos preços registrados
- Garantias que podem ser exigidas e suas características
- Penalidades que podem ser aplicadas aos licitantes e aos participantes da Ata
- Critérios de julgamento de propostas: aplicação do princípio do formalismo moderado
- As exigências que podem ser feitas para habilitação no processo
- As modalidades licitatórias e os modos de disputa: como definir corretamente a melhor opção



- Os recursos que podem ser interportos na licitação e o seu processamento
- O cadastro de reserva e sua constituição
- O SRP através de contratação direta
- As hipóteses de dispensabilidade e de inexigibilidade de licitação previstas na legislação e sua aplicação no SRP
- Os requisitos da instrução processual da Lei nº 14.133, de 2021
- A Ata de Registro de Preços e suas condições essenciais
- Formalização da ARP e os procedimentos a serem adotados na hipótese de desistência
- Gestão da Ata de Registro de Preços
- Impossibilidade da realização de acréscimos quantitativos nas Atas
- O prazo de vigência e suas características
- A prorrogação da vigência da Ata e suas exigências
- Negociação dos preços registrados, as obrigações legais e o interesse público
- A possibilidade de cancelamento do registro e do cancelamento do preço e suas consequências
- Remanejamento dos quantitativos registrados na Ata e suas regras
- Os contratos administrativos decorrentes da ARP
- Formalização dos contratos e sua vigência
- Possibilidade de alterações dos contratos decorrentes do SRP
- Utilização da Ata por órgãos e entidades não participantes
- As regras básicas para a adesão tardia: quantitativos máximos, seus limites e exceção
- O processo de adesão e a participação do órgão gerenciador
- Prazos máximos para formalização da adesão e seu limite
- Encerramento da Ata de Registro de Preços e suas consequências

DATA



AO VIVO NOS DIAS: 11 E 12 DE MAIO DE 2023

Início 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30;
Intervalo de 01h00 para almoço;



INVESTIMENTO



R\$ 3.290,00

(três mil, duzentos e noventa reais)

- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes. Entre em contato com nossas consultoras.
- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

MATERIAL INCLUSO

- Material de Apoio - digital;
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório;
- Acesso de 20 (vinte) dias ao curso após a capacitação (liberação até 7 dias após o termino da capacitação).



INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de Connect On Marketing de Eventos Eireli, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco nº 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9



Banco nº 341
Ag. 0615
C/C 21708-0



Banco nº 237
Ag. 3200
C/C 7760-7



Se preferir, entre em contato com nossa
central de relacionamento:

 (41) **3068-3858**

 (41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

    @contreinamentos

